

Planalto vive clima de tensão

Villas-Bôas Corrêa

"Vivemos todos no Governo sob a tensão de que, a qualquer momento, seremos convocados a tomar uma grave decisão". A aguda observação de um dos Ministros da Casa, com lugar certo na Reunião das 9, transmite um flagrante preciso do clima de angústia em que vive mergulhado o Palácio do Planalto, fechado por entre os seus muros de silêncio desde a explosão da bomba do Riocentro.

Ninguém mais tenso, mais trancado num mutismo que contraria o seu temperamento expansivo, do que o Presidente João Figueiredo. Ele obedece à risca a linha estratégica que foi traçada de bocas fechadas até que o Governo possa falar. Até à conclusão do IPM no I Exército, que rola cá fora, depois da troca do Coronel incumbido de dirigir as apurações, envolto nas suspeições espalhadas pelas muitas marchas e recuos e pelas contradições de todo um noticiário dirigido para preparar o "público interno" para acolher uma versão conveniente.

Pisa-se de leve nos corredores palacianos, conversa-se baixo, como se a família estivesse convivendo com um doente desenganado ou muito grave e engolissem as preocupações buscando dissimulá-las.

Mas, como o Governo está todo cultivando a desconversa, as informações são cada vez mais escassas e na Reunião das 9 não se fala das bombas. Este é um tema tabu, assunto proibido. Se o Presidente não toma a iniciativa de romper a casca dos constrangimentos, claro que ninguém se anima a provocar confidências. O que se sabe no Palácio é segredo de conversas a dois. Nunca de notícias que circulem ainda que nas reservas de ambientes restritos.

Há um esforço visível para sustentar as atividades do Governo num nível razoável de normalidade. Não como quem finge que não há nada. Mas dentro da preocupação de não se deixar abater por pessimismo, como se o Planalto se tivesse contaminado de mal incurável.

Mesmo cortando os fios de ligação com o exterior — não todos, mas muitos deles — o General Golbery do Couto e Silva busca reativar os entendimentos políticos, incentivando o PDS a não se deixar abater e a tocar o barco, pois que a vida continua.

Curiosamente, o isolamento do Palácio imposto pela cortina da bomba está protegendo das bisbilhotices da Oposição articulações que aceleram algumas definições sobre a reforma eleitoral. Já está bastante claro que o Governo ficará mesmo aí pelas redondezas da sublegenda para governador, com a vinculação do voto até onde for possível e mais o voto facultativo. Proibir coligações é apenas uma pretensão de execução impossível. E o voto distrital ficou para um segundo tempo. A reforma vai sendo podada dos excessos e caindo na realidade do possível. Dificilmente teremos muito mais do que um fecho modesto de casuismos para atender aos apertos do PDS.

Não há é clima para tirar a reforma eleitoral do casulo do Planalto para o debate a céu aberto. E o Governo esconde-se por trás do cronograma que concede a primeira fase às trivialidades da montagem do projeto ou das sugestões do PDS. Só depois, sigilosamente, o PDS levará as suas pretensões ao Presidente da República para o turno seguinte da elaboração do projeto do Governo com a participação do Ministro da Justiça e, como se sabe, o trecho final será percorrido nas articulações com os demais Partidos na busca da ficção do consenso.

Mas tudo isto está fechado entre parênteses. O Governo está plenamente certo de que a cartada da sua credibilidade será jogada na conclusão do IPM sobre o Riocentro. E na posição que o Governo e o Presidente da República adotarem quando receberem os resultados das investigações do I Exército. Por isto é que o Planalto vive a véspera de uma grave decisão, um lance que pode definir o destino da abertura e todo o projeto político.